



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA

**MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES:
uma ferramenta de melhoria da execução orçamentária da PMGO**

GOIÂNIA-GO

2025



KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA

**MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES:
uma ferramenta de melhoria da execução orçamentária da PMGO**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Ricardo Junqueira Dourado.

GOIÂNIA-GO

2025



MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES: uma ferramenta de melhoria da execução orçamentária da PMGO.

MONITORING THE MANAGEMENT OF CURRENT EXPENSE CONTRACTS: a tool for improving PMGO's budget execution.

Keilane Fernandes de Souza Costa¹

Ricardo Junqueira Dourado²

Resumo: No âmbito da gestão financeira orçamentária da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), propõe a implantação de ferramentas estratégicas para aprimorar o planejamento e controle das despesas correntes para melhoria nos processos de execução orçamentária. Dessa forma a instituição possui uma finalidade própria e, para garantir essas ações, faz-se necessário o uso de boas práticas para a aplicação e destinação correta dos recursos financeiros públicos. Sendo o objetivo das entidades públicas a prestação de serviços relevantes à sociedade, consequentemente o desempenho dessas unidades pode ser avaliado por sua situação financeira sendo o planejamento uma etapa muito importante nesse processo. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizados pela Polícia Militar, para execução de suas atividades e tem como objetivo a prática dos programas de ações públicas e outras demandas da sociedade. Esses recursos financeiros devem ser aplicados e destinados para o uso adequado e para manter essas ações em conformidade com as normas vigentes.

Palavras-chave: Monitoramento; Despesas Correntes; Planejamento; Gestão de Contratos; Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Abstract: Within the scope of the budgetary financial management of the Military Police of the State of Goiás (PMGO), it is proposed to implement strategic tools to improve the planning and control of current expenses to improve budget execution processes. Thus, the institution has its own purpose and, to guarantee these actions, it is necessary to use good practices for the application and correct allocation of public financial resources. Since the objective of public entities is to provide relevant services to society, consequently the performance of these units can be evaluated by their financial situation, with planning being a very important step in this process. Budget revenues are sources of resources used by the Military Police to carry out its activities and are intended to carry out public action programs and other demands of society. These financial resources must be applied and allocated for appropriate use and to maintain these actions in accordance with current regulations.

Keywords: Monitoring; Current Expenses; Planning; Contract Management; Military Police of the State of Goiás (PMGO).

¹ Cap. Keilane da PMGO. Especializando em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: Keilanepmgo@gmail.com

² Capitão da Polícia Militar do Estado de Goiás. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Direito Processual Penal pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

1 INTRODUÇÃO

A execução orçamentária nos órgãos públicos exige um planejamento mais rigoroso, detalhado e constante monitoramento de todos os contratos, especialmente nas despesas correntes, por se tratar de gastos recorrentes e essenciais para o devido funcionamento das unidades. Dessa forma, o presente estudo analisou como o controle na gestão desses contratos de despesas correntes, pode ser uma ferramenta estratégica para garantir a melhoria da execução orçamentária da Polícia Militar do Estado de Goiás, buscando assim maior controle, eficiência e melhor aplicação dos recursos públicos.

As despesas correntes são gastos com bens e serviços necessários para o funcionamento dos órgãos públicos. Para Lima (2017), despesas correntes públicas podem ser consideradas despesas com pessoal, juros, material de uso e consumo, pagamentos de diárias e outros. A falta de monitoramento e controle pode ocasionar falhas na alocação dos recursos, descumprimento de prazos, causar desperdícios e prejuízos financeiros. Diante disso surge a seguinte questão: Como o monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes pode contribuir favoravelmente para a melhoria da execução orçamentária da Polícia Militar do estado de Goiás? Esse questionamento buscou entender as estratégias adotadas para minimizar esses riscos e garantir maior eficácia, transparência e controle desses contratos e assim assegurar que haja uma utilização mais estratégica dos recursos disponíveis.

O objetivo principal do estudo analisou de que forma o monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes pode ser usado como uma ferramenta estratégica para aprimorar os processos de execução orçamentária da Polícia Militar do Estado de Goiás. Sendo os objetivos específicos identificar e analisar os principais desafios na gestão de contratos de despesas correntes da PMGO, avaliar os impactos causados pela ausência de monitoramento dos contratos, propor ferramentas estratégicas e boas práticas para aprimorar a execução orçamentária, sugerir formas de ações que possam otimizar o monitoramento e controle dos processos. A gestão eficiente dos contratos de despesas correntes na gestão pública, é imprescindível, especialmente na Polícia Militar, sendo essencial para garantir a destinação correta dos recursos financeiros e assim evitar desperdícios dos recursos públicos.

Essa pesquisa é uma atividade exploratória de cunho qualitativo (Gil, 2010), que buscou investigar os processos de gestão de contrato e o seu impacto nas despesas correntes no contexto da PMGO. A pesquisa foi conduzida pelo sistema Power BI e pela aplicação de questionário aos gestores de contrato da PMGO, o formulário foi divulgado via aplicativo de mensagem e disponibilizado pelo Google *Forms* via link.

Este estudo se justifica pela necessidade de aprimorar as etapas para controle e fiscalização dos contratos de execução orçamentária da Polícia Militar. Assim, a pesquisa contribuiu para identificar ferramentas e mecanismos que favorecem uma gestão pública mais eficaz e responsável.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo foi organizado por diferentes etapas de estudo, iniciando por um levantamento teórico sobre a gestão contratual e a execução orçamentária no setor público, com foco na atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás. Em sequência, a metodologia, seguida pela exposição dos dados coletados e nas análises de resultados obtidos e, por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Gestão de contratos na Administração Pública

Com a chegada da globalização o sistema econômico e político transformou-se, com isso trouxe novos modelos de administração pública atreladas também a discussões de novas possíveis formas de gestão. A execução orçamentária pode ser considerada uma ferramenta de apoio à gestão, pois, por meio de análises do comportamento da aplicação dos recursos públicos mostram o impacto que podem causar na gestão pública. Dessa forma é possível identificar as vulnerabilidades, fragilidades e analisar padrões de comportamento, além, de identificar riscos de variáveis que possam influenciar na aplicação dos recursos financeiros.

Conforme Caldas (2023) orçamento público é uma ferramenta de planejamento, controle de gastos, distribuição de renda, controle econômico e gestão de recursos. Portanto, as boas práticas de gestão financeira contribuem para o gerenciamento de recursos e é de grande importância o controle e monitoramento de execução orçamentária como ferramenta de apoio.

De acordo com Caldas (2023), o orçamento público exerce um papel essencial no estímulo ao desenvolvimento econômico e social do país, ao mesmo tempo em que promove a transparência na destinação dos recursos públicos. Sendo que o gestor público é responsável por monitorar os resultados e gerenciar os recursos, nesse sentido considera-se como fatores principais o planejamento que consiste em ter a capacidade de planejar, monitorar, avaliar e implementar políticas e programas em respeito às regras. A visão estratégica também é um fator essencial que possibilita a visão a longo prazo.

2.1.1 Conceitos e princípios

O orçamento público é o planejamento governamental das despesas e receitas previstas da administração pública para um determinado período. É um documento que mostra todas as previsões de receitas e também a alocação de recursos para ser destinados, por exemplo, para pagamento de despesas com hospitais, manutenções de estradas, pagamento dos servidores, construção de obras e outros, ou seja, é o gerenciamento do que foi arrecadado e como esses recursos serão gastos e aplicados (Caldas, 2023).

A Lei nº 4.320/1964 define que o orçamento público deve organizar e expressar, de forma clara, as estimativas de arrecadação e os compromissos de despesa do Estado, sempre alinhado aos princípios de integralidade, unicidade e limitação temporal, servindo como instrumento de planejamento e gestão da política econômica governamental (Brasil, 1964).

Conforme Lima (2017) os projetos do setor público possuem algumas semelhanças com os projetos do setor privado, principalmente os que exigem grandes valores de recursos financeiros, independentemente de ser público ou privado muitos desses projetos possuem falhas. É importante ressaltar que, embora haja empresas privadas e organizações públicas, compostas por funcionários com habilidades técnicas reconhecidas em gerenciamento de projetos, a situação em alguns locais pode ser bem diferente, pois, a legislação local vigente, cultura, burocracias e política podem fazer com que enfrentem problemas na formação do quadro de pessoal com habilidades específicas e técnicas concernentes ao cargo.

Portanto, o uso de um sistema de monitoramento, como o Power Bi, Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira (SIOFINET) e Sistema de Administração Financeira do Tesouro (AFT), é essencial para assegurar o cumprimento das metas estabelecidos nos projetos, isso devido o sistema oferecer ferramentas e métodos que permitem que os gestores acompanhem o progresso, recebendo informações regularmente sobre o desenvolvimento dos processos (Marinho, 2018). Essas informações servem de embasamento e apoio nas tomadas de decisões para melhorar os projetos durante toda a sua execução.

2.1.2 Despesas correntes na execução orçamentária

Conforme Congresso Nacional (2025), as despesas correntes correspondem aos custos operacionais destinados à manutenção rotineira da máquina pública, sem impacto direto na criação de ativos ou aquisição de bens permanentes. Considera-se como exemplos, os vencimentos e encargos com quadro de pessoal, juros de dívidas, aquisição de matéria-prima ou bens de consumo, contratação de serviços de terceiros, realização de manutenção em

equipamentos dentre outros. A aplicação orçamentária em setores específicos, como saúde, educação, moradia e saneamento, pode estimular o crescimento da economia.

A contabilidade no setor público precisa converter e relacionar as informações referente a execução do orçamento, finanças e bens patrimoniais aos resultados. Sendo necessário realizar avaliações de desempenho financeiro e econômico das organizações públicas (Silva, 2018). Quando a administração das finanças públicas, em especial das despesas de manutenção, não é realizada de forma adequada, cresce a chance de faltar recursos disponíveis para cumprir com os compromissos orçamentários.

2.1.3 Impactos na Administração Pública

A administração do serviço público é complexa, pois envolve diversos elementos que exigem cuidado e dedicação para atingir as metas e os objetivos. A contabilidade nas instituições públicas tornou-se uma ferramenta essencial, cabe a ela fornecer informações que não só ajudam a cumprir as obrigações legais, mas que também trazem uma cultura de planejamento constante. É necessário assegurar um gerenciamento adequado para manter um equilíbrio entre as receitas e despesas públicas, além de permitir que as decisões sejam baseadas em dados confiáveis, garantindo à sociedade ações claras e transparentes (Silva, 2018).

Conforme Hora (2017) a gestão envolve o planejamento, organização, liderança e o controle dos recursos para atingir as metas projetadas. Em um período de constantes transformações e inseguranças, principalmente diante de crises políticas e econômicas, a gestão se torna foco, por ser responsável por conduzir pessoas e recursos com vistas a assegurar resultados eficientes, eficazes e efetivos nas organizações. A gestão é definida pelo compromisso com regras ou métodos de administração que garantem a realização das funções do governo de maneira técnica e legal. Assim, a gestão de recursos e bens públicos pode ser vista como uma importante ferramenta para implementar as escolhas das políticas governamentais.

2.1.4 Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Constituição Federal de 1988 instituiu uma base normativa para o planejamento orçamentário no setor público, fundamentada em três peças essenciais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada um desses instrumentos exerce uma função complementar. O PPA traça as metas e estratégias de

médio prazo; a LDO, revisada anualmente, define as prioridades e orienta a elaboração do orçamento do ano seguinte; enquanto a LOA detalha as receitas previstas e distribui os recursos entre as áreas de atuação governamental. Conforme a análise de Blume (2016), a LDO atua como uma ponte entre o planejamento estratégico do PPA e a execução prática viabilizada pela LOA, garantindo coerência fiscal e foco nos compromissos assumidos pelo Estado.

2.2 Despesas correntes na PMGO

As despesas correntes da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), são as despesas necessárias para manter as atividades operacionais e administrativas da corporação, essas despesas assumem grande importância na gestão, pois, garantem o pleno funcionamento dos batalhões, comandos especializados, companhias e toda a estrutura administrativa.

2.2.1 Estrutura organizacional

As possíveis relações entre os gastos públicos e o crescimento econômico é bem amplo, o serviço público possui uma gestão complexa, pois, abrange vários fatores que necessitam de gerenciamento e grandes esforços para alcance de metas e objetivos. Segundo Dos Santos (2012) a eficiência de uma unidade administrativa governamental é complexa por vários fatores, pois, é composto por critérios objetivos e subjetivos, dessa forma a medida de eficiência pode ser compreendida como o diferencial.

A estrutura organizacional da PMGO é composta por diversos órgãos e unidades, dentre eles Órgãos de direção, apoio e execução, conforme Organograma divulgado pela PMGO (2024):

- *Comando Geral da PMGO*: órgão superior, responsável pelo planejamento estratégico e supervisão geral de toda a corporação.
- *Comandos Regionais e Especializados*: formado por companhias independentes e batalhões. Exemplo: BOPE (Batalhão de Operações Especiais) e ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Motorizadas) dentre outras.
- *Diretorias Administrativas e Unidades de apoio*: são responsáveis pela execução orçamentária e gerenciamento de insumos e suprimentos.

Essa estrutura é bem complexa e demanda uma gestão integrada e eficiente para garantir assim que cada unidade tenha recursos necessários para operar dentro da legalidade.

2.2.2 Principais contratos de despesas correntes

Segundo Dos Santos (2012), o princípio do equilíbrio representa um dos pilares das finanças públicas, ao estabelecer que as despesas devem estar sempre compatíveis com as receitas. O autor argumenta que, ao se cancelar uma despesa previamente autorizada, os recursos vinculados a ela podem ser redirecionados para outras finalidades, desde que respeitados os limites orçamentários.

Os principais contratos de despesas correntes da PMGO são voltados para atendimento às necessidades imediatas e necessárias às atividades da corporação. Dentre eles segundo PMGO (2022) destacam-se os seguintes contratos:

- *Fornecimento de combustíveis*: são essenciais para a mobilidade das viaturas usadas em patrulhamento, operações ou em serviços administrativos da corporação.
- *Manutenções*: refere-se às manutenções em veículos e equipamentos, abrange mecânica, parte elétrica, reposição de peças, tanto preventiva quanto corretiva.
- *Serviços terceirizados*: serviços de limpeza.
- *Locações*: em algumas situações existem a locação de veículos, incluindo carros e motocicletas, para atividades específicas.

Conforme demonstrado na execução orçamentária do ano de 2024, observa-se um alto volume de empenhos e liquidações direcionados para a aquisição de combustíveis, evidenciando a importância desses contratos para o funcionamento da corporação, conforme destaca na figura 1:

Figura 1: Detalhamento da execução orçamentária da PMGO em 2024



Fonte: Power BI PMGO (2025).

Todos os contratos são realizados através de processos licitatórios e regidos por Leis de Licitações e Contratos Administrativos no qual exige-se planejamento, controle constante e fiscalização rigorosa.

2.2.3 Desafios enfrentados na gestão de contratos

A gestão de contratos de despesas correntes da PMGO enfrenta vários desafios e consequentemente impactam diretamente na continuidade dos serviços prestados. A burocracia dos processos licitatórios bem como sua morosidade, porém, é necessário seguir rigorosamente a legislação e isso pode ocasionar atrasos nas contratações de atividades que exigem urgência e também nas renovações de contratos essenciais. Segundo Marinho (2018) é considerado também como desafio a alocação dos recursos financeiros, onde o orçamento é limitado e é preciso fazer contingenciamento de verbas, porque nem sempre os recursos financeiros acompanham a demanda crescente. A ausência de pessoal com conhecimento técnico para fiscalizar os contratos pode ocorrer graves falhas, para tanto é necessário manter rigorosamente a fiscalização e controle na execução contratual.

A atualização tecnológica com sistemas integrados é um fator primordial, pois, a falta de ferramentas digitais eficientes dificulta o acompanhamento dos dados e manutenção dos contratos bem como a gestão com transparência. A limitação de fornecedores disponíveis pode ser considerada em alguns casos como um grande desafio, porque faltam fornecedores especializados e que atendam às exigências do contrato, isso ocasiona o aumento dos valores e em algumas vezes fica inviável. Conforme Marinho (2018) afirma que os fiscais do contrato não são propriamente um grupo estruturado e exclusivamente destinado a esse fim, porém, requer habilidades e conhecimentos específicos. Então a rotatividade de gestores, pode impactar nos resultados, devido as mudanças constantes na direção, podem prejudicar a continuidade e planejamento principalmente nos contratos de longo prazo.

Esses riscos podem ocasionar também processos judiciais, pois, contratos que geram questionamentos, seja no processo licitatório ou na execução do mesmo, pode levar à paralisação de serviços essenciais. Esses desafios enfrentados pela PMGO, exigem uma atuação eficiente e técnica, tanto na etapa de planejamento ou na execução do projeto, mesmo sendo um cenário de alta complexidade administrativa exige uma necessidade constante de aperfeiçoamento nos processos internos. Apesar de atender os princípios da legalidade e eficiência, há muitos desafios e obstáculos tanto estruturais, quanto operacionais que afetam diretamente à execução contratual.

2.3 Monitoramento como ferramenta de melhoria na execução orçamentária

2.3.1 Importância do monitoramento contínuo

A gestão eficiente dos contratos é essencial para manter e garantir uma execução orçamentária mais equilibrada. Com a crescente demanda pela prestação de serviços públicos com excelência, disponíveis a toda população e com redução de gastos tem sido um grande desafio. Para tanto, é necessária uma rotina com ferramentas de gestão, que sejam capazes de acompanhar a execução orçamentária em todas as fases do projeto (Caldas, 2023). Assim, na execução orçamentária de despesas correntes, observa-se a necessidade de ferramentas de monitoramento e controle para elevar as chances de alcançar o sucesso e atingir os objetivos. Contudo, é necessário também conhecer a realidade de cada contrato, acompanhando as fases de execução, averiguar, comparar e acompanhar a conformidade entre o planejamento e a execução.

A falta de monitoramento e controle pode ocasionar perdas e impactar na prestação de serviços essenciais dentro da instituição e em toda sociedade. Estes gastos são contínuos e essenciais para o funcionamento das unidades da PMGO, a falta de controle e transparência pode resultar em dificuldades para identificar as falhas de execução, como atrasos na entrega de materiais ou custos embutidos e não identificados anteriormente na abertura do contrato. Outro desafio comum é a ineficiência da alocação dos recursos onde há o risco de serem mal distribuídos e assim pode comprometer áreas prioritárias e prejudica o funcionamento da instituição (Mendes, 2022). O fator importante é a dificuldade da previsão orçamentária de que se houver falhas e a ausência de informações dificulta a elaboração de previsões realistas e assim gerar déficits ou o não aproveitamento dos recursos disponíveis (De Sousa; Torres, 2023). Também quando há falhas no gerenciamento dessas despesas há uma grande possibilidade de ocorrer riscos de irregularidades, como pagamentos indevidos, execução incompleta das etapas do processo ou até mesmo penalidades e descumprimentos de normas. Todos esses fatores podem causar um impacto na prestação dos serviços ou comprometer o fornecimento de materiais essenciais para a Polícia Militar.

Nesse contexto esse monitoramento torna-se ainda mais relevante, devido a instituição depender de uma gestão orçamentária e financeira eficiente para manter suas operações e serviços essenciais à sociedade. A ausência de monitoramento pode trazer resultados com desafios ainda maiores como atrasos na execução das ações, alocação de recursos de forma

incorreta e ineficiente, risco de não cumprimento dos contratos, perda de recursos públicos e necessidade de pedidos de crédito suplementar recorrentes.

2.3.2 Ferramentas e metodologias de monitoramento

O monitoramento no processo de execução contratual e das despesas correntes da PMGO é essencial que seja assegurada a legalidade, eficiência e também que atenda às necessidades financeiras, para tanto são necessárias ferramentas e metodologias que atendam essa demanda. Para garantir que os serviços sejam prestados e atendam às exigências contratuais pode-se considerar um sistema integrado de gestão como importante ferramenta, pois, através do monitoramento digital é possível realizar o controle dos processos administrativos, orçamentários ou até mesmo da logística. Esse sistema possui funcionalidades para acompanhamento por exemplo dos registros de consumos de materiais, controle de entrada e saída de materiais do estoque, requisição de compra e outros. Para Marinho (2018) as ações de gestão e fiscalização podem ser confundidas, pois, a gestão cuida dos aspectos formais do contrato e a fiscalização no acompanhamento da execução do objeto contratual. Nesse caso o uso de ferramentas adequadas é fundamental para atingir os objetivos e reduzir riscos.

Conforme afirma Caldas (2023) além do sistema de gestão é necessário o uso de sistemas para monitoramento de administração de materiais e também para sistema de informações, uma vez que serão utilizados para controlar as movimentações de entrada e saída de materiais, contribuindo para uma administração eficiente dos estoques, esse contribui para o controle de aquisição de produtos e o consumo dos mesmos. O sistema eletrônico de informações é ser usado para trâmites digitais de processos aos quais se tem acesso aos dados como licitações, o uso desse sistema garante transparência no controle das etapas dos contratos.

Algumas medidas podem ser adotadas para métodos de monitoramento, como processos internos de gestão de resultados, através de análise de metas e indicadores pode-se acompanhar mais efetivamente o andamento dos processos. Planos de fiscalização podem ser elaborados pelas unidades nos quais devem constar as diretrizes e critérios a serem abordados e como complemento criar checklist de conformidades é um ponto crucial, pois, listas de verificação de processos podem facilitar o cumprimento correto das atividades. Após esse acompanhamento é essencial que sejam emitidos relatórios de execução, que podem ser emitidos regularmente pelos responsáveis pela fiscalização. Em conjunto as ferramentas e metodologias se aplicados corretamente e de forma integrada permitem à PMGO manter o nível mínimo para controle e monitoramento.

2.3.3 Auditorias e fiscalizações periódicas

As auditorias têm um papel muito importante para controle se estão sendo aplicados os recursos públicos corretamente e assim prevenir irregularidades. As auditorias internas têm o objetivo de verificar a conformidade dos atos administrativos e contratuais. Para Júnior (2015) as organizações devem buscar estruturas de gestão que predominantemente seja o monitoramento, que gere valor e contribua para a gestão da instituição. As principais características de uma auditoria deve ser recomendações que visam corrigir falhas nos processos e feito ajustes na execução contratual. Em alguns casos é necessário fazer verificações com amostras em casos mais complexos. Essas fiscalizações periódicas são de grande importância pois avaliam o cumprimento das obrigações contratuais, acompanham indicadores de desempenho e levantam evidências.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa utilizou o método da análise dos dados coletados em artigos e legislação sobre o tema, conforme Silva *et al.* (2005). Foi adotado uma abordagem qualitativa, que buscou compreender os processos da gestão de contratos e sua influência e impactos na execução orçamentária (Gil, 2010). Também foi realizada análise em documentos específicos como relatórios financeiros, dados de sistemas e demais que possam identificar pontos críticos na execução orçamentária, conforme afirma Lösch *et al.* (2023).

A população alvo da pesquisa é composta pela corporação da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) que atuam direta ou indiretamente na gestão de contratos administrativos e execução orçamentária. A amostra considerou os profissionais com experiência ou envolvimento direto nas atividades de controle, fiscalização, ou tramitação de contratos de despesas correntes. O instrumento utilizado para coleta de dados foi realizado por meio de questionário aplicado através do Google *Forms*, estruturado com dezoito perguntas fechadas e duas questões abertas, elaborado com base em referências teóricas sobre gestão de contratos e controle. O estudo considerou o perfil do entrevistado como tempo de serviço, setor de atuação e sua função na PMGO, grau de escolaridade e conhecimento. A pesquisa respeitou os princípios éticos como confidencialidade, os participantes foram abordados de forma a garantir sua voluntariedade, as respostas foram coletadas de forma anônima visando garantir a preservação da identidade dos participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão e análise dos dados do presente estudo foram obtidos por meio da aplicação de questionário a 31 pessoas atuantes na área de gestão de contratos, seja de forma direta ou indireta, estando todos vinculados às atividades do setor. Dessa forma, permitiu identificar os benefícios e desafios significativos e relevantes na gestão dos contratos de despesas correntes, especialmente no que se refere à capacitação dos profissionais envolvidos e à utilização de ferramentas adequadas, que vai em consonância ao estudo de Marinho (2018). Os resultados demonstram e refletem a percepção dos próprios agentes públicos sobre os desafios enfrentados no seu cotidiano, assim, é possível compreender as limitações que podem comprometer a eficácia das atividades envolvidas na execução orçamentária e o que pode ser feito para mitigar esses obstáculos, tal como discutido por De Sousa e Torres (2023), ao apontarem a importância da transparência e controle na alocação de recursos públicos.

A análise dos principais desafios enfrentados pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) referente ao monitoramento dos contratos de despesas correntes mostram que 51,6% dos problemas apontados dizem respeito à pouca capacitação técnica dos gestores, 29% referem-se à ausência de um sistema eficiente de gestão de contratos e os outros 19,4% afirmam que não há fiscalização adequada, falhas de planejamento, gestores sobrecarregados, falta de efetivo qualificado, insuficiência de pessoal e efetivo reduzido, que corrobora com os apontamentos de Hora (2017).

Do total de 31 entrevistados, 15 afirmaram que o monitoramento da gestão de contratos na PMGO é parcialmente eficiente, 22,6 %, ou seja, 7 pessoas acreditam que não é eficiente e desse grupo em questão 9 pessoas afirmam que o atual modelo de monitoramento e controle é eficiente e atende os quesitos. Os números evidenciam um cenário preocupante, pois, há uma baixa capacitação dos gestores e falta de sistema de gestão eficiente, de fato sem ferramentas tecnológicas eficientes para acompanhamento para interpretação de cláusulas contratuais, controle de prazos, fiscalização, orçamentos e outros que podem ocasionar erros graves, com falhas que podem comprometer o uso de recursos públicos o que pode dificultar tomadas de decisões estratégicas e adotar medidas corretivas (Silva, 2018).

A falta de monitoramento eficiente dos contratos pode trazer grandes riscos de desempenho orçamentário e operacional, a pesquisa revela que 54,8% dos entrevistados (gráfico 1) revelam que o desperdício de recursos públicos é o principal risco observado. Esse número reflete a realidade de contratos mal gerenciados que demonstram situações que comprometem diretamente a legitimidade da gestão pública. Na sequência aparece em segundo lugar, 32,3%

apontam os atrasos na execução contratual como consequência, esses atrasos geram impactos especialmente em serviços essenciais e podem prejudicar o funcionamento da instituição. Outros riscos, falta de transparência, o gestor ficar exposto a responder civil ou penalmente e também a falta de capacitação, ainda que mencionados com menor frequência, são consequências que reforçam a necessidade de se adotar práticas eficientes, conforme discutido por Junior (2015).

Gráfico 01: Principais riscos da falta de um monitoramento eficiente dos contratos na PMGO

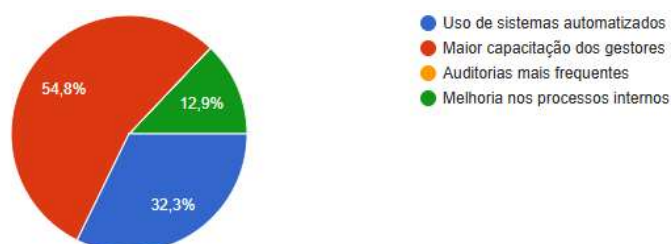


Fonte: Google Formulários. Elaborado pelo Autor.

A falta de monitoramento adequado causa impactos negativos na gestão da execução orçamentária, demonstrada na pesquisa com 90,3% dos entrevistados que responderam afirmativamente para essa questão. Esse percentual é o resultado de uma visão clara sobre a importância desse processo para o bom desempenho da instituição. Esse reconhecimento quase unânime sugere que internamente tem-se a consciência dessa relação diretamente ligada à gestão dos contratos o que justifica e pode-se considerar um ponto de partida para melhorias estruturais.

O gráfico a seguir demonstra as sugestões de melhoria observadas para que possam ser implantadas nos processos de acompanhamento dos contratos da PMGO como ferramentas estratégicas.

Gráfico 02: Melhorias na fiscalização e acompanhamento dos contratos na PMGO



Fonte: Google Formulários. Elaborado pelo Autor.

Desse modo que 54,8% dos entrevistados acreditam que é necessária a implantação de capacitação dos gestores, enquanto 32,3% afirmam que é necessário uso de sistemas automatizados e mais eficientes. De uma forma geral um percentual menor de apenas 12,9% afirma que é necessário realizar melhoria nos processos internos da instituição. Uma grande margem de 80,6% dos entrevistados acredita que a criação de uma unidade especializada para monitoramento de contratos e implantação de melhorias é de grande importância, enquanto 19,4% apresentam-se indecisos e não acreditam que isso traga algum tipo de benefício.

Na figura 2, apresenta uma tela extraída do sistema AFT (Administração Financeira do Tesouro), contendo as receitas ordinárias da PMGO em 2025, o valor do crédito foi de R\$ 93.856.562,00. Esses números reforçam os resultados apontados na pesquisa, que evidenciam a relevância de um controle rigoroso dos contratos e a necessidade de ferramentas de monitoramento para garantir maior eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

Figura 2: Receitas Ordinárias 2025



Tipo de Saldo	Crédito	Débito	Saldo
Diárias	350.000,00	349.660,00	340,00
Concessionárias	13.365.717,49	9.988.434,25	3.377.283,24
Gerenciável	16.814.548,71	16.813.934,01	614,70
Combustível	51.900.000,00	51.000.000,00	900.000,00
Capital	4.143.405,24	3.827.517,32	317.887,92
Prioridades	8.014.890,56	8.014.890,56	0,00
Repasses e refinanciamentos	0,00	0,00	0,00
Obrigações Vencidas	166.000,00	166.000,00	0,00
TOTAL	93.856.562,00	90.160.426,14	

Fonte: AFT (2025)

De uma forma geral os resultados mostram que a grande maioria dos entrevistados sugerem que é necessário investir em tecnologias que facilite o monitoramento para acompanhar e simplificar os processos, bem como capacitação de pessoal para lidar com essas questões. Maior qualificação dos profissionais e designação específica para determinadas áreas, visando maior especialização e evitando acúmulo de funções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo iniciou baseado no seguinte questionamento “Como o monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes pode contribuir favoravelmente para a melhoria da execução orçamentária da Polícia Militar do estado de Goiás?” Apesar do compromisso com a legalidade e eficiência, há muitos obstáculos que afetam a plena execução contratual como

burocracia, embora necessária compromete a agilidade na contratação de serviços ou aquisição de produtos. Outro fator relevante é a carência de pessoal com conhecimento técnico capacitado nas áreas de gestão e fiscalização. A deficiência dos sistemas de gestão e controle também é considerado como um desafio, a ausência de sistemas integrados para acompanhamento dificulta a visão estratégica da gestão de contratos.

A falta de especialização técnica e alta rotatividade de gestores, que podem ser por mudanças de comando e realocações, também prejudica a continuidade dos processos, pois, exige maior esforço por parte dos mesmos. Diante disso, superar os desafios exige um conjunto de medidas eficientes, para tanto sugere-se realizar investimento contínuo em capacitação, ampliação de equipes técnicas, uso de sistemas integrados e planejamento orçamentário realista. Para garantir a efetividade da gestão de despesas correntes na PMGO, é necessário que haja integração entre os níveis de gestão e os setores de execução, nos quais crie uma cultura que valorize o planejamento, controle e capacitação técnica.

Baseados nos resultados obtidos através da pesquisa sugere que é necessário criar uma equipe técnica exclusiva para gestão com formação especializada e de forma contínua, no qual essa seção interna ficaria responsável por gerir, orientar e dar suporte com atuação imediata e dedicação exclusiva após a celebração do contrato. Esses dados reforçam a ideia de que o monitoramento não é apenas uma etapa administrativa, mas é considerado uma ferramenta estratégica para garantir o uso eficiente dos recursos públicos. A ausência de controle pode desequilibrar o orçamento programado, comprometer metas e dificultar o cumprimento das obrigações.

Além desses fatores observa-se nos resultados analisados que para uma gestão eficiente dos contratos da PMGO sugere-se investir em tecnologia que facilite o acompanhamento dos contratos para facilitar os processos, realizar segregação de funções como princípio de controle interno. Os resultados indicam que o monitoramento dos contratos deve ser entendido como um mecanismo de controle orçamentário, capaz de prevenir desperdícios, garantir a conformidade legal e promover maior previsibilidade na gestão financeira da PMGO.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 12/03/2025.



BLUME, Bruno André. **PPA, LDO e LOA**: as 3 siglas que definem o orçamento do governo. 2016. Disponível em: https://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamentogoverno/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwqIm_BhDnARIsAKBYcmv_va7uFdO7gtGvY_JhwHncyECrUCdyiuSYEqFPex90vGoAtJKoiAaAnKcEALw_wcB. Acesso em: 25/03/2025.

CALDAS, Cristine Barroso *et al.* **O comportamento da execução orçamentária dos hospitais federais do Rio de Janeiro nos anos de 2017 a 2021**. UFSC, 2023.

CONGRESSO NACIONAL. **Termo**: Despesa Corrente. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_corrente. Acesso em: 13/03/2025.

DE SOUSA, Jonas Gomes; TORRES, Renato Hidaka. Execução orçamentária: Análise da gestão de instituições de segurança pública do Estado do Pará de 2017 a 2020. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**-ISSN 2595-2153, v. 6, n. 14, p. 21-34, 2023.

DOS SANTOS, Paulo Sérgio Almeida; MACHADO, Débora Gomes; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Gerenciamento de resultados no setor público**: análise por meio das contas orçamentárias outras receitas e despesas correntes dos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 23, n. 4, p. 15-43, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HORA, Edna da Silva. **Integração da execução orçamentária com o planejamento institucional e sua influência nos resultados da gestão pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**. IFBA, 2017.

JUNIOR, Dorival Garcia et al. O papel da auditoria interna na melhoria da qualidade dos gastos públicos: um estudo exploratório nas IFES do Estado do Paraná. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, 2015.

LIMA, Francisco José de et al. **Gerenciamento de projetos**: um modelo de monitoramento e controle de projetos públicos executados com recursos de transferências voluntárias. *Revista de Gestão e Projetos*, v. 8, n. 1, p. 102-117, 2017.

LÖSCH, Silmara; RAMBO, Carlos Alberto; FERREIRA, Jacques Lima. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. e023141-e023141, 2023.

MARINHO, Rita de Cassia Pinto et al. **Fiscalização de contratos de serviços terceirizados**: desafios para a universidade pública. *Gestão & Produção*, v. 25, n. 3, p. 444-457, 2018.

MENDES, Mauro. **A transparência fiscal e a atuação do TCE/GO por meio dos novos instrumentos da Lei de responsabilidade fiscal**. Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Goiás, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Relatório de gestão**. 2022. Disponível em <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-de-gestao-2022->



29021.pdf#:~:text=%E2%80%A2%20Suplementa%C3%A7%C3%A3o%20260%20%E2%80%93%20para%20despesas%20de,o%20servi%C3%A7o%20de%20gerenciamento%20eletr%C3%B4nico%20de%20manuten%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14/04/2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Orçamento Geral do Estado** – Informações Básicas. 2025. Disponível em: <<https://goias.gov.br/economia/orcamento-geral-do-estado-informacoes-basicas/#collapse15>>. Acesso em: 19/02/2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Organograma**. 2024. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/organograma-atualizado-011-1.pdf>. Acesso em: 14/04/2025.

POWER BI. **Big Data Estadual**. Disponível em: <https://bigdataestadual.sistemas.go.gov.br/Login/Inicio?ReturnUrl=%2fPrincipal%2fInicioIntranet>. Acesso em: 19/05/2025.

SILVA, Sandro Pereira. **Propostas de reformulação no arranjo de financiamento e da agenda programática do sistema público de emprego, trabalho e renda no Brasil**. Instituto de pesquisa econômica aplicada - IPEA, 2018.

SILVA, Cristiane Rocha; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: descrição e aplicação do método. Organizações rurais & agroindustriais, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005.



APÊNDICE A – Ofício SEI



OFÍCIO Nº 46532/2025/PM

GOIANIA, 15 de abril de 2025.

Ao Senhor
João Carlos de Oliveira - Coronel PM
Chefe da Sexta Seção do Estado-Maior Estratégico - PM/6
RUA 115 nº 04, - Bairro SETOR SUL
GOIANIA - GO - CEP 74085-328

Assunto: Solicitação para pesquisa em nível de Especialização (CEGESP).

Senhor Comandante,

A par de meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste comunicar à Vossa Senhoria que estou matriculada e cursando o Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública - CEGESP/2025, de acordo com a homologação das inscrições constantes no SEI nº 202500016000056.

Como exigência de conclusão da especialização, devo apresentar um artigo científico ao final do curso e, para isso solicito a V. Sa. O encaminhamento dos autos ao Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da Corporação, para fins de verificar quanto à possibilidade de anuência para a realização da pesquisa intitulada MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES: Uma ferramenta de melhoria da execução orçamentária da PMGO.

A pesquisa a ser desenvolvida está sob orientação do Professor Ricardo Junqueira Dourado. O objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma o monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes pode ser usado como uma ferramenta estratégica para aprimorar os processos de execução orçamentária da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Quanto aos procedimentos metodológicos, com a devida aprovação institucional, a pesquisa consistirá em uma análise exploratória, baseada na coleta de dados através da aplicação de um questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas, direcionado aos policiais nos setores relacionados ao processo de gestão dos contratos públicos.

Os dados serão coletados por meio de um formulário elaborado na plataforma do sistema Google Forms, por meio do link

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScTo42aF34I8Nu3JLKHlgdzEmDBw5nIP5cbl3kv6lCY5_Zz7A/viewform?usp=dialog> a ser enviado via WhatsApp.

A participação será voluntária e gratuita, resguardando o sigilo dos dados com o fim exclusivamente científico dos resultados, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE incluso no formulário.

Certo de que a pesquisa contribuirá para uma gestão de segurança pública mais eficiente, comprometo-me a juntar neste processo SEI, para ciência, o resultado final da pesquisa, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos da pesquisa, através do contato 62 8491-8605 (WhatsApp).

Respeitosamente,

KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA - CAPITÃ PM
Discente CEGESP 2025/1



Documento assinado eletronicamente por **KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA, Chefe de Subseção**, em 16/04/2025, às 08:55, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **73355597** e o código CRC **C75E1F9C**.



Referência: Processo nº 202500002050817



SEI 73355597



OFÍCIO Nº 46909/2025/PM

GOIANIA, 15 de abril de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
Marcelo Granja - Coronel PM
Comandante-Geral da PMGO
Av. Contorno, nº 879, Setor Central
CEP: 74.055-140 - Goiânia/GO

Assunto: Encaminhamento de Solicitação de Anuência para Pesquisa - CAPITÃO PM
34.077 KEILANE

Senhor Comandante,

Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho à Vossa Excelência o presente expediente, referente à solicitação da Capitã PM KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA, discente do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP/2025).

A referida oficial solicita a anuência desta Corporação para a realização de pesquisa intitulada "MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES: Uma ferramenta de melhoria da execução orçamentária da PMGO". Tal pesquisa é requisito para a conclusão do curso de especialização que a Capitã PM KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA está cursando.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar de que forma o monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes pode ser utilizado como ferramenta estratégica para aprimorar os processos de execução orçamentária da Polícia Militar do Estado de Goiás.

A metodologia da pesquisa consiste em uma análise exploratória, baseada na coleta de dados por meio de questionário estruturado, aplicado aos policiais dos setores relacionados à gestão de contratos públicos. A coleta de dados será realizada por meio de formulário eletrônico, com participação voluntária e gratuita, assegurando o sigilo dos dados para fins exclusivamente científicos.

A Sexta Seção do Estado-Maior Estratégico, ciente da relevância da pesquisa para a gestão de segurança pública, submete o pedido à consideração de Vossa Excelência, para a análise da possibilidade de anuência institucional. A Capitã PM KEILANE FERNANDES DE SOUZA COSTA, compromete-se a apresentar o resultado final da pesquisa para ciência desta Corporação.

Coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam



necessários.

Respeitosamente,

JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA — CORONEL PM
Chefe da Sexta Seção de Estado-Maior Estratégico da PMGO / PM-6



Documento assinado eletronicamente por **JOAO CARLOS DE OLIVEIRA, Chefe de Seção do Estado Maior**, em 16/04/2025, às 09:33, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **73392703** e o código CRC **CD55480E**.



Referência: Processo nº 202500002050817



SEI 73392703

APÊNDICE B – Questionário aplicado

MONITORAMENTO DA GESTÃO DE CONTRATOS DE DESPESAS CORRENTES.

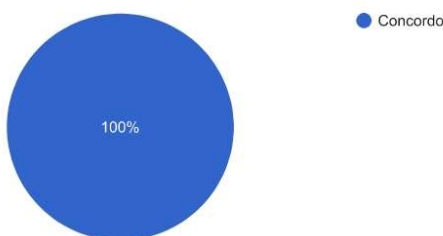
31 respostas

[Publicar análise](#)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

[Copiar](#)

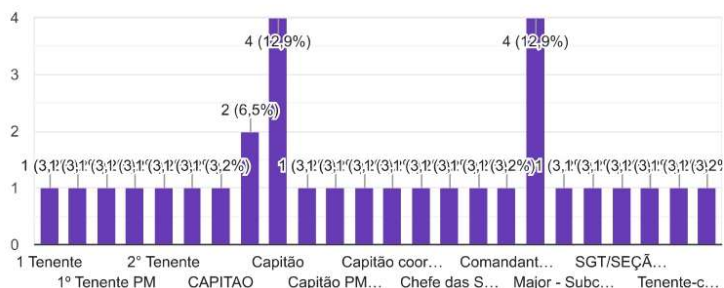
31 respostas



Qual é o seu cargo ou função dentro da PMGO?

[Copiar](#)

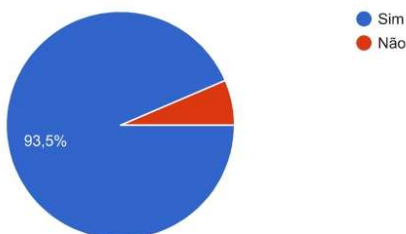
31 respostas



Você tem participação direta na gestão e monitoramento de contratos?

[Copiar](#)

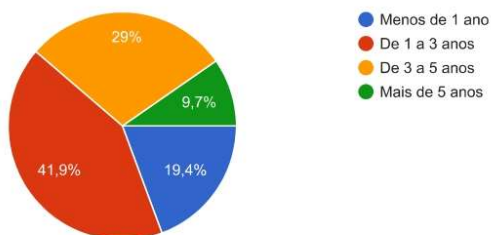
31 respostas



Há quanto tempo você atua na área de gestão de contratos e execução orçamentária?

[Copiar](#)

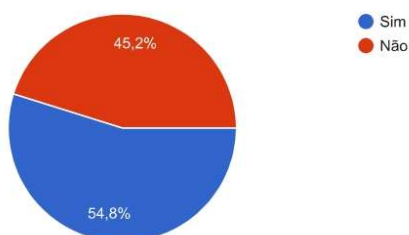
31 respostas



Você já recebeu capacitação ou treinamento sobre gestão de contratos na administração pública?

[Copiar](#)

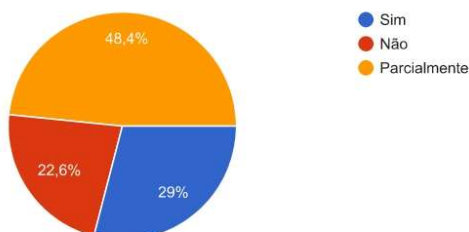
31 respostas



Você considera que o monitoramento da gestão de contratos na PMGO é eficiente?

[Copiar](#)

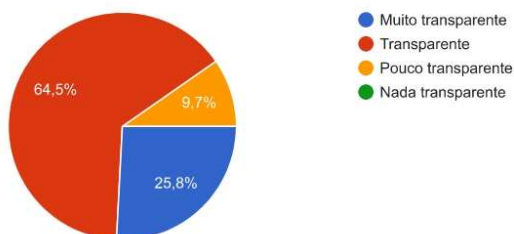
31 respostas



Como você avalia a transparência na gestão de contratos de despesas correntes na PMGO?

[Copiar](#)

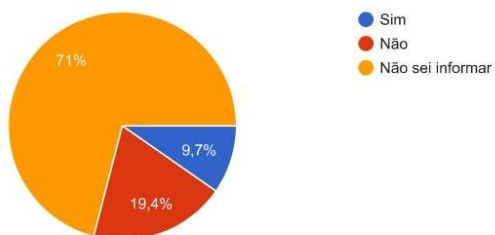
31 respostas



A PMGO possui um sistema informatizado para controle e monitoramento dos contratos de despesas correntes?

[Copiar](#)

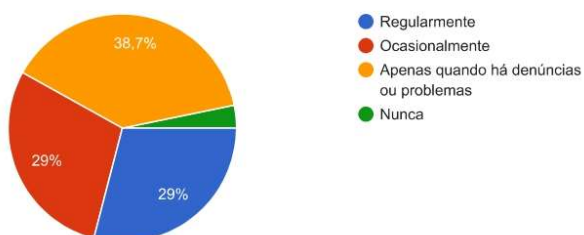
31 respostas



Com que frequência são realizadas auditorias ou fiscalizações sobre a execução dos contratos?

[Copiar](#)

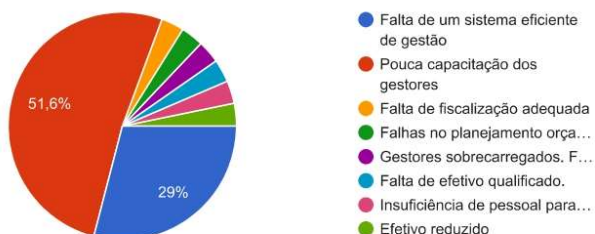
31 respostas



Quais são os principais desafios no monitoramento dos contratos de despesas correntes na PMGO?

[Copiar](#)

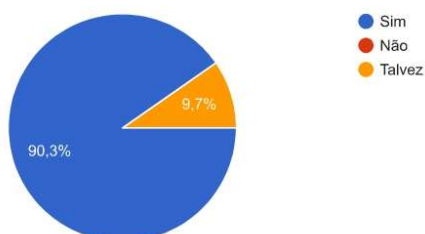
31 respostas



Você acredita que uma gestão mais eficiente dos contratos poderia gerar economia para a PMGO?

[Copiar](#)

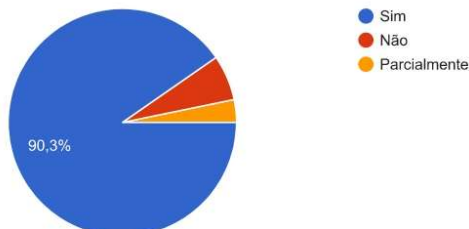
31 respostas



A falta de um monitoramento adequado dos contratos impacta negativamente a execução orçamentária?

Copiar

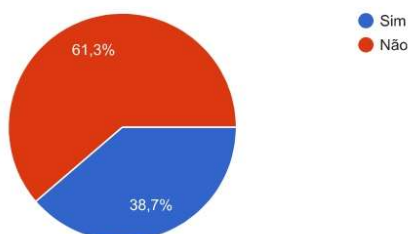
31 respostas



Você já identificou problemas como atrasos em pagamentos, desperdícios ou irregularidades na execução dos contratos?

Copiar

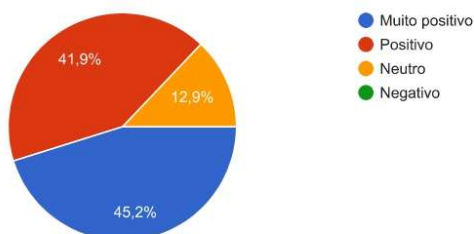
31 respostas



Como você avalia o impacto do monitoramento dos contratos na qualidade dos serviços prestados à PMGO?

Copiar

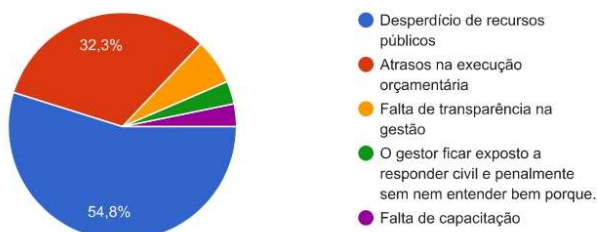
31 respostas



Quais são os principais riscos da falta de um monitoramento eficiente dos contratos na PMGO?

Copiar

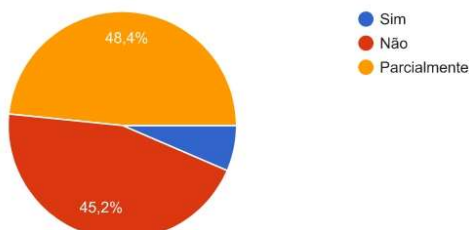
31 respostas



Você considera que a equipe responsável pela gestão de contratos tem suporte e recursos adequados para realizar seu trabalho?

 Copiar

31 respostas



Você acredita que a implementação de novas tecnologias pode melhorar a gestão e monitoramento dos contratos na PMGO?

 Copiar

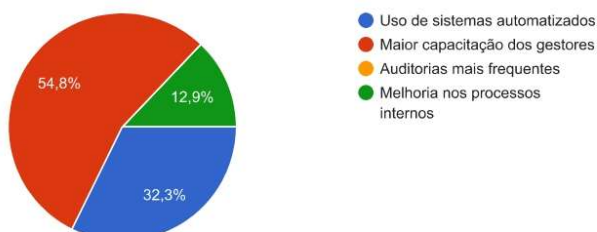
31 respostas



O que poderia ser feito para melhorar a fiscalização e acompanhamento dos contratos na PMGO?

 Copiar

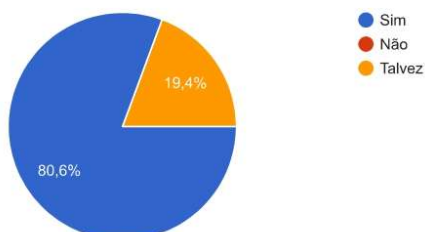
31 respostas



Você acha que a criação de uma unidade especializada em monitoramento de contratos melhoraria a execução orçamentária?

 Copiar

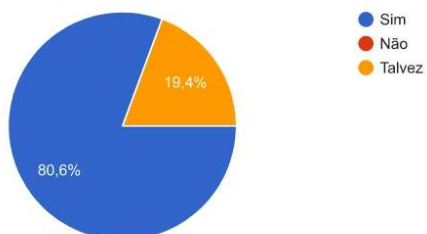
31 respostas



A transparência na gestão de contratos poderia ser aprimorada com a publicação periódica de relatórios detalhados?

 Copiar

31 respostas



Seção sem título



Em sua opinião, quais ações deveriam ser prioritárias para garantir uma melhor gestão dos contratos e otimização da execução orçamentária na PMGO?

31 respostas

Escolha do perfil adequado para atuar como gestor. Não basta trinar tem que ter perfil e querer resolver

Capacitação dos Gestores

Capacitação dos Policiais Militares

Capacitação dos gestores

Capacitação dos gestores

A existência de uma equipe com técnicos suficientes para atendimento da demanda, evitando a sobrecarga dos policiais que trabalham na seção.

Formação especializada e contínua (curso on-line ajuda, mas não resolve) e suporte aos gestores de contratos, com equipe disponível para atendimento e orientação aos gestores.

Corporação priorizar nos cursos de formação a capacitação para gestores eficientes de contratos.

Segregação de função, atualmente o gestor fiscaliza, atesta, executa, instrui o processo, realiza pesquisa mercadológica ao meu ver são 3 pontos chaves:

1 Quem planeja não deve ser o mesmo que executa;

2 Quem fiscaliza não deve ser o mesmo que contrata;

3 Quem paga não deve ser o mesmo que autoriza a execução.

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)

Art. 117: Fala expressamente da segregação de funções como princípio de controle interno.

Art. 8º, §1º: Exige a designação formal de gestor e fiscais de contratos, cada um com atribuições específicas.

Atualmente o gestor do contrato é responsável por todo o processo, não vejo efetivamente a gestão segregada de funções.

1- Designação de gestores especializados, sem acúmulo de outras funções operacionais e/ou administrativas.

Criação de uma seção que ficasse por conta, internamente, para gerir, orientar, apoiar dar suporte 100% aos gestores e reunir os grandes pedidos institucionais em um processo só... realizado por profissionais destacados só pra essa missão.

Capacitação regularmente, função exclusiva de gestão de contratos

UMA SEÇÃO ESPECÍFICA DA PMGO PARA TRATAR DESSES ASSUNTOS SEM DESCENTRALIZAÇÃO, OU, CASO CONTRÁRIO, A CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E UMA EQUIPE TÉCNICA PARA SUPORTE AOS GESTORES.

Criar uma equipe exclusiva para gestão e um sistema informatizado próprio.

Para que a gestão dos contratos na PMGO seja mais eficiente e a execução orçamentária mais eficaz, acredito que é essencial investir em tecnologia que facilite o acompanhamento dos contratos, capacitar melhor quem está à frente dessa responsabilidade e simplificar os processos internos. Além disso, auditorias regulares, uma equipe especializada em monitoramento e mais transparência.

aumento do efetivo no setor e capacitação de servidores

Qualificação dos profissionais que atuam nesta área, e incentivos para quem desempenha essa função.



Maior capacitação dos profissionais e designação de profissionais específicos para atuar nessa área, visando sua maior especialização.

Já relaxadas no questionário

Inicialmente, investir em um setor para gerir e fiscalizar os contratos, bem como outras ações relacionadas a essa seara.

Promover a capacitação constante do efetivo empenhado nessa função, de modo que não fique segregado apenas em um profissional.

É interessante, manter uma integração com os agentes de outros setores, como por exemplo, os integrantes da SSP que também são responsáveis por essa demanda, de modo a sempre atuarem alinhados.

E quanto à organização, otimização dos recursos e de todo o processo aquisitivo, é importante a estruturação de um sistema que permita a gestão e fiscalização dos contratos.

Criação de um sistema de acompanhamento

Criação de um setor responsável pelo monitoramento, mapeamento de processos, capacitação, e suporte à Gestão de contratos, com atuação imediata após a celebração do contrato.

A disponibilização de um efetivo qualificado para a gestão e a fiscalização dos contratos, com objetivos específicos na sua atuação.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDOS/INVESTIMENTOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.

Investimento na área

Implantação de um sistema de gestão integrada

Melhor monitoramento da gestão de contratos de despesas correntes. Verificando se o recurso destinado vai ser gasto no tem hábil e não sendo gasto deve ocorrer a realocação desse recurso. Muitas vezes um recurso orçamentário emenda parlamentar não é gasto pelo gestor enquanto outra unidade não é atendida por falta de verba mesmo com o projeto e conhecimento do processo licitatório.

Efetivo especializado, voltado exclusivamente para a gestão e não dividido entre as atividades diárias e a gestão de contratos.

Criação de um centro de gestão com ferramentas tecnológicas, softwares, IAs além de profissionais que serão capacitado a para a demanda que ficarão boa parte de sua carreira nessa função.

Capacitação de gestores

Que os contratos sejam geridos por profissionais especializados e dedicação exclusiva

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários

